

# GOVERNOS SUL-AMERICANOS: CONFIGURAÇÃO POLÍTICA, PERSPECTIVAS E IMPASSES

Investigação em curso

GT 13 – Reforma del estado, gobernabilidad y democracia

Luiz Fernando da Silva<sup>1</sup>

O presente texto discute alguns aspectos dos resultados parciais de investigação acadêmica em curso sobre a atual configuração política sul-americana. Observa-se que uma tendência regional de governos nacionais com apoio popular emergiu e se consolidou a partir do final da década de 1990 e no transcorrer da década de 2000. Tais governos expressam contornos que se aproximam entre si, ao exemplo da base social constituída em setores populares e em setores da esquerda. Essa configuração política generalizou-se em vários países - Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Peru -, tendo também conseguido sua reprodução institucional por meio de reeleições sucessivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** América do Sul, Configuração Política, Frente Popular

## Introdução

Uma nova tendência política de governos nacionais emergiu a partir do final da década de 1990 e no transcorrer da década de 2000, em vários países sul-americanos. São governos que resultam de forças políticas respaldadas em movimentos sociais e partidos de esquerda que ao longo da década de 1980 e 1990 criticaram o modelo neoliberal que se implantava na região. Por sua vez, esses governos se constituíram em aliança política com setores do Capital e, em linhas gerais, ainda se orientam pelas diretrizes do capital financeiro internacional.

Essa configuração política constituiu-se na maioria dos países da região - Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador e Peru -, tendo também conseguido sua reprodução institucional por meio de reeleições sucessivas. Na Venezuela, o ex-presidente Hugo Chávez foi reeleito por quatro mandatos e seu sucessor Nicolás Maduro é das hostes chavistas. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus partidos aliados elegeram Luiz Inácio Lula da Silva em dois mandatos (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014). Na Argentina, o falecido Néstor Kirchner elegeu-se em 2003 e, na impossibilidade de sua reeleição, conseguiu indicar e eleger sua esposa a então senadora peronista Cristina Kirchner em 2007, que se reelegeu em outubro de 2011. Na Bolívia, Evo Morales elegeu-se pelo Movimento para o Socialismo (MAS), em 2006, e reelegeu-se em 2010, e possivelmente disputará seu terceiro mandato em 2014. No Equador, Rafael Correa venceu as eleições presidenciais em 2006 e, em fevereiro de 2013, conseguiu nova vitória eleitoral para o Executivo Nacional. Finalmente, no Uruguai, a Frente Ampla foi vitoriosa por duas vezes com Tabaré Vázquez (2007-2010) e fez seu sucessor o ex-tupamaro José Mujica (2010-2014). A única exceção nessa seqüência de governos foi o caso do Paraguai, onde o ex-presidente Fernando Lugo teve interrompido seu mandato por um processo de impeachment que sofreu que para muitos analistas significou um “golpe político”.

---

<sup>1</sup> Docente e pesquisador da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp - São Paulo – Brasil). Doutor e mestre em Sociologia pela Unesp; graduado em História. Com pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA- Ar).

Esse quadro sul-americano decorre do desenvolvimento de forças sociais e políticas que se mobilizaram e criticaram os “ajustes estruturais” - privatização e desnacionalização de empresas e patrimônio público, diminuição dos gastos com políticas sociais, precarização das relações de trabalho, abertura financeira para o capital especulativo etc. - propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), na década de 1980 e 1990, como maneira de solucionar o endividamento externo e realizar novo período de crescimento econômico.

Borón (2004) compreende que os ajustes estruturais neoliberais foram os responsáveis diretos pelo fracasso econômico e social latino-americano. Singh e Collins (2005), por outro lado, consideram que as políticas macroeconômicas propostas pelas instituições financeiras internacionais não foram desenvolvidas adequadamente pelos governos locais de então, constringendo a população da região a situações de pobreza acentuada. Por sua vez, Power e Jamison (2005), ao discutirem a crescente desconfiança popular com a democracia na década de 1990, observam que a região sofreu com o quadro econômico recessivo internacional nas décadas de 1980 e 1990.

Na complexidade social latino-americana advinda do período de “ajustes estruturais”, quatro conseqüências poderiam ser elencadas (Borón, 2004): a) o fracasso econômico que havia acentuado as contradições da “reestruturação econômica social” precipitada pela crise e acirrada por políticas de ajustes e estabilização; b) surgimento de novas forças sociais de esquerda decorrentes da frustração com o “capitalismo democrático” na região, que se desenvolveu a partir da década de 1980; c) crise sobre os formatos tradicionais de representação política, como partidos populistas, de esquerda e organizações sindicais; d) globalização das lutas contra o neoliberalismo.

Desde a década de 1990, em decorrência do que anteriormente descrito, muitos países sul-americanos passaram por sucessivas crises políticas que produziram uma “legitimidade precária” que era resultado de um déficit crônico de representação política (Bonilla, 2001). Nesse quadro político regional vemos a emergência de crises de regime político e emergência de situações abertamente revolucionárias: Venezuela (1989 e 1992), Argentina (2001), Equador (2000 e 2002), Bolívia (2003). Embora em países como Brasil e Uruguai, essas crises e situações políticas emergenciais não tenham se apresentado com um caráter anti-regime político.

Na presente análise procuro evidenciar, por um lado, a maneira como essa tendência política sul-americana desenvolveu-se a partir do final da década de 1990; por outro lado, observo que em suas trajetórias conseguiram manter o apoio de setores dos movimentos sociais em razão de relativas concessões sociais realizadas no período e também em decorrência da cooptação de muitas lideranças sociais. Esses governos caracterizo-os como *governos de frente popular* (Trotsky, 2007), pois resultam de forças políticas que surgiram ou se apoiaram em setores importantes dos movimentos sociais e partidos de esquerda, ao mesmo tempo que necessitam do apoio político de setores empresariais. Como traços aproximativos, podemos indicar que esses governos (a) emergem da descrença popular com as instituições estatais, corroídas pelo período neoliberal, (b) constituíram referência e/ou base social e política em significativos movimentos sociais (sindical e popular) e organizações e partidos de esquerda na década de 1980 e 1990, (c) no caso argentino, venezuelano, equatoriano e boliviano resultaram de profundas crises do regime político que levaram a insurreições populares, (d) constituem-se como coalizão política entre setores do Capital e representações políticas de esquerda e movimentos sociais, (e) as frações do grande capital mantêm-se privilegiadas no bloco no poder de Estado.

Esses governos conseguiram canalizar institucionalmente os descontentamentos e anseios populares decorrentes de governos anteriores e restabeleceram a Ordem Social, contendo as lutas sociais por meio do fortalecimento dos espaços parlamentares, como também por meio de programas sociais e pelo envolvimento/contenção dos movimentos sociais e sindicais ao ritmo e lógica estatal. Cabe ressaltar que as centrais sindicais e movimentos sociais têm (ou tiveram) papel de destaque nessa contenção/envolvimento. Ao mesmo tempo, tais governos rearticulam as funções do Estado e sua

forma de representação política democrático-liberal. Não é possível afirmar que tais governos romperam ou superaram com a lógica neoliberal advinda dos períodos anteriores.

O que se apresentou nesse quadro político a partir de 2008, com a crise capitalista internacional, e que se aprofundou em 2010, foi uma dimensão ainda pouco vislumbrada sobre os horizontes e impasses para tais governos. Êxito maior dos governos sul-americanos concentrou-se entre 2002 e 2008, período no qual com a economia internacional aquecida possibilitou uma melhoria econômica e social relativa para os setores populares e para os trabalhadores assalariados por meio de elevação do nível de empregos, embora em geral precarizados, e a constituição de diversos programas sociais compensatórios. Os pilares dessas melhorias sociais concentraram-se em acompanhar a nova dinâmica na divisão internacional de trabalho, quando os países sul-americanos retomam o papel histórico enquanto exportadores agropecuários, matérias-primas e energia, mas agora como *commodities*, além de receberem investimentos de capitais estrangeiros. Com a segunda onda da crise internacional (2010), evidenciaram-se os efeitos do quadro econômico internacional nesses países. As pressões inflacionárias, crescente dívida pública e queda nas exportações expõem esses governos cada vez mais às pressões do grande capital (financeiro e transnacional), ao mesmo tempo que diversos movimentos populares e trabalhistas passam a se mobilizar. É o que temos verificado no caso da Argentina, Venezuela, Bolívia e, em 2013, também no Brasil.

### **Os governos sul-americanos: algumas comparações com o caso brasileiro**

Esse fenômeno político sul-americano, no entanto, guarda traços particulares entre os países, em relação às suas dinâmicas política, ideológica e social. Não me refiro às suas formações sócio-culturais específicas nos processos de colonização, que se desdobraram em suas configurações nacionais, nem nas condições específicas de subordinação ao neoliberalismo. O que ressalto é a constituição e a reprodução dos governos de frente popular que emergem em meio à crise do regime político e com situações revolucionárias abertas, e aqueles que surgem em situações que não são abertamente revolucionárias. Essas experiências concretas impulsionam as formas específicas de relação entre os distintos governos e sua base social de apoio, as formas de concessão política aos setores populares e, inclusive, à intensidade dos conflitos ou somente acomodação com as frações do Capital.

No caso brasileiro, o descontentamento político e social não transgrediu o quadro institucional e não se abriu crise do regime político, como podemos verificar com os dados de diversos pesquisadores sobre movimentos grevistas e populares (Boito, 2009; Leher, 2011; Silva, 2012). A sucessão presidencial do Governo de FHC (1995-1998; 1998-2002) para o Governo Lula ocorreu dentro da estabilidade política institucional, sendo que anteriormente não ocorrera nenhum momento de profunda crise do regime político. Situação inteiramente diferente da Venezuela. Desde 1989 a partir do *caracazo* abriu-se uma situação de instabilidade política e multiplicação de mobilizações sociais e políticas (Maya, 2006; Lander, 2005). De maneira semelhante também ocorreu na Argentina, especialmente a partir de dezembro de 2001 (Sartelli, 2003; Almeyra, 2004; Bonnet, 2008; Giarraca, 2007), que culminou com a queda de cinco presidentes, em menos de um mês, e ainda se mantendo uma situação revolucionária em aberto depois da eleição de Néstor Kirchner, em 2003. Essa crise de regime político também verificamos no caso boliviano e equatoriano, anteriores à eleição de Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador). O regime político brasileiro não entrou em crise, como naqueles países, embora tenham ocorrido mobilizações políticas em 1992 que impulsionaram o *impeachment* do então presidente Collor de Mello. As mobilizações sociais no Brasil diferenciam-se do *caracazo* e do *argentino*, visto que elas não envolveram revoltas populares que levassem à emergência de situações revolucionárias.

Os ciclos de mobilização social acentuaram-se desde 1995 no caso argentino, especialmente com a ampliação nacional do movimento piqueteiro (desempregados) e com forte presença política em Buenos Aires (Cravino, 2007; Soane, 2006; Petras e Veltmeyer, 2005). Isso se deve em razão do intenso processo de privatizações ocorrido no setor de Energia, Ferrovias, Petróleo, Comunicação, entre outros setores (Basualdo e Arceo, 2006). Na Venezuela, por sua vez, o ciclo de mobilizações e revoltas acompanhou uma evolução desde o *caracazo*, especialmente marcado por saques a supermercados, quebra-quebras e confrontos com a repressão policial, em decorrência das medidas econômicas antipopulares, em final de 1989, anunciadas pelo então recém-eleito presidente André Perez. Essa tendência não se apresentou no caso brasileiro, no período que antecedeu a eleição de Lula em 2002. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), especialmente entre 1997 e 2001, tornou-se ao lado do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a principal referência nacional de oposição política ao Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em 1998, a crise financeira internacional sacudira os países da região. É certo que em parte essa crise contribuiu para a vitória de Hugo Chávez Frías (Venezuela) e Fernando De La Rúa (Argentina) naquele ano e abriu caminho para a vitória de Lula em 2002, uma vez que o ciclo da crise econômica esteve aberto até esse período (Crespo e outros, 2008; Barret, 2005; Natanson, 2009).

Em relação ao movimento sindical, nos países em foco houve uma postura contraditória, em meio às ofensivas governamentais e patronais. Contraditória porque operou em processos de negociação com as medidas de privatizações, reformas trabalhista e previdenciária (Murillo, 2005). As principais Centrais Sindicais desses países, a argentina Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), tiveram papéis destacados nos acordos realizados com Carlos Saúl Menem (Argentina) e com Carlos André Perez (Venezuela). De qualquer maneira, acentuaram-se as greves argentinas a partir de 1995, no setor público, e que se transformaram em greves nacionais nos anos seguintes (Bonnet, 2008). No Brasil, as greves não tiveram papel destacado no período, sendo que as direções majoritárias das centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), mantiveram um papel passivo diante do desemprego massivo, privatizações, reforma previdenciária e flexibilização e precarização das relações trabalhistas (Garcia, 2011; Leher, 2010; Oliveira, 2003). As mobilizações sociais não se estenderam territorialmente nem se ampliaram em termos de categorias profissionais. No período anterior a 2002, não ocorreram greves nacionais, ao contrário do que verificamos nos dados estatísticos sobre movimento sindical na Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador.

Nesse quadro histórico podemos assinalar que no Brasil não se desenvolveram dinâmicas anti-sistêmicas ou revolucionárias no período em questão. Ao nosso entender, a principal explicação para esse caso encontra-se na dimensão ideológica, política e organizativa advinda da constituição e afirmação de uma referência política nacional em torno de um partido político (PT) e da projeção nacional de muitas de suas lideranças políticas que se tornaram a força política principal, em torno da qual gravitaram ou se organizaram distintas tradições da esquerda brasileira e dos movimentos sociais. Esse fenômeno político possibilitou, entre o final da década de 1970 e década de 1990, canalizar parte importante das lideranças operárias e populares que surgiram com o ascenso das lutas sociais no final da década de 1970 e por sua vez canalizar as organizações e militantes de esquerda que vinham de um período de derrota política diante da ditadura militar (1964-1984). Esse projeto impediu a fragmentação política e ideológica na esquerda e nos movimentos sociais, como também possibilitou a orientação em torno de um projeto político que canalizou o descontentamento e aos anseios presentes nos setores mais proletarizados para o âmbito institucional-eleitoral.

Na Argentina, especialmente em razão da repressão política imposta pela ditadura militar (1976-1982) sobre a esquerda política e também por causa de suas profundas diferenças político-ideológicas impossibilitaram a reconstituição e unificação como ocorrera no caso brasileiro. No entanto, cabe lembrar, que na década de 1980 surgiu o Movimento para o Socialismo (MAS) que se transformou em

terceira força política argentina, depois do Partido Justicialista (PJ) e da União Cívica Radical (UCR). O MAS, contudo, entrou em uma profunda crise no final dos anos de 1980 e início de 1990, sem conseguir manter-se como principal força política da esquerda e dos movimentos sociais. A fragmentação ocorrida impossibilitou um campo político orgânico para o período histórico que o país entrava com o neoliberalismo de Carlos Menem, eleito em 1989.

Na Venezuela, o *caracazo* de 1989, que significou o início do colapso do *Punto Fijo*, acordo institucional entre os principais partidos da Ordem em 1957 para estabilizar o *regime político*, não trouxe em seus desdobramentos a constituição de uma corrente política e ideológica sólida o suficiente para canalizar as correntes políticas e organizações sociais surgidas naqueles levantes. A unificação somente ocorreu no plano eleitoral, com o Movimento V República, para o apoio à primeira candidatura de Hugo Chavez. No entanto, esse fato político não significou a consolidação orgânica, política e ideológica. A tentativa de unificação ocorrerá em 2007 quando Chavez lança o Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV). Nesse caso, um partido que foi estruturado a partir do governo chavista e no qual muitos movimentos sociais e organizações de esquerda foram condicionados com a certeza de que esse partido se tornaria um espaço político de participação nas definições das políticas governamentais.

A eleição do Governo Lula em 2002, em ampla e contraditória aliança, envolveu frações do empresariado e amplo leque de movimentos e organizações de esquerda. A própria contradição dessa aliança desdobrou-se nas inúmeras inflexões políticas e sociais, *condicionando/subordinando* a atuação do novo governo e de muitos movimentos sociais e organizações de esquerda que permaneceram na *lógica e ritmo do Estado brasileiro*. Este por sua vez manteve-se hegemônico por frações do capital no *bloco no poder*, como é o caso dos grupos econômicos transnacionais, capital financeiro e setores do agronegócios.

De maneira contraditória, embora essa seja a determinante estrutural do Estado, os programas sociais têm permitido a ampliação substancial da base social e política do Governo Lula e Dilma. As centrais sindicais brasileiras mantiveram amplo apoio ao governo, como também inúmeros movimentos sociais e culturais. O governo brasileiro consolidou uma ampla base de apoio não somente social e parlamentar, mas também junto aos setores empresariais, em decorrência das políticas econômicas adotadas. Nesse sentido, a oposição parlamentar burguesa e a oposição de esquerda tiveram pouco espaço de atuação.

Essa é a experiência de frente popular que melhor se articulou nesse período histórico na região sul-americana. Logrou conter os setores trabalhistas e populares organizados em sindicatos e movimentos sociais mais fortes, impedindo pelo menos até as mobilizações de junho de 2013 o caráter explosivo de suas reivindicações, não somente salariais como também relacionadas às reivindicações estruturais, como a gritante situação da reforma agrária, transportes, saúde, moradia, corrupção etc.

Especialmente isso ocorreu por meio da constituição de espaços institucionais e fóruns de discussão com o governo federal e da participação de principais direções dos movimentos sindicais e populares na esfera governamental. Por sua vez, a constituição de base congressual (na Câmara Federal e no Senado) utilizando mecanismos políticos tradicionais em troca de cargos em ministérios, destinação de verbas ministeriais para regiões e mesmo formas ilícitas como compra de votos para apoio/aprovação de emendas provisórias demonstraram-se eficazes na manutenção da estabilidade governamental no caso brasileiro.

Talvez o mais importante refira-se à manutenção e ampliação dos interesses, benefícios e lucratividades de diversos setores da burguesia, como o ramo bancário, financeiro, agronegócios, exportação de minérios etc.

## A nova situação política enfrentada pelos governos sul-americanos

A seguir situo algumas experiências conjunturais atuais nesses governos sul-americanos que nos possibilitam indagar sobre os destinos dessa atual tendência política sul-americana. Nos exemplos descritos explicitam-se dimensões referentes à crise econômica internacional e as mobilizações políticas em curso.

Os dois mandatos do Governo Lula e a sua continuação política com a eleição presidencial de Dilma Rousseff, em 2010, indicavam até junho de 2013 o êxito de um projeto político que, embora não saísse das hostes das classes dominantes, conseguira equilibrar-se em meio às profundas contradições e antagonismos sociais. O mais significativo nesse contexto dos últimos dez anos (2003-2013) foi conseguir neutralizar e mesmo isolar os principais setores da oposição liberal burguesa (PSDB e DEM) e, por outro lado, neutralizar a oposição de esquerda (PSTU, PSOL e setores sindicais combativos). Ao tempo que logrou manter o apoio dos principais movimentos sindicais e sociais, como também trouxe para si as lideranças mais expressivas desses movimentos.

As jornadas de protestos políticos iniciadas em seis de junho de 2013 mudaram o cenário político e social brasileiro. Manifestações populares, lideradas inicialmente por setores da classe média juvenil, através do Movimento Passe Livre (MPL), reivindicavam a redução do preço da passagem de transporte coletivo (ônibus, metrô e trem) e ampliaram-se para centenas de milhares de pessoas no território nacional com reivindicações contra a corrupção, mais verba para moradia, educação pública, saúde etc. É estimado que no período de junho mais de 2 milhões de pessoas estiveram nas ruas em mais de 400 cidades, especialmente depois da brutal repressão militar ocorrida na capital paulista e na cidade do Rio de Janeiro. A presidente Dilma Rousseff que mantinha alta popularidade caiu bruscamente nas pesquisas de opinião pública, como também diversos governadores de estado e prefeitos.

Aos levantes populares, seguiram-se em julho mobilizações trabalhistas. Algo inusitado ocorrera que não fora visto nos últimos 10 anos no Brasil. Com distintos interesses, a Central Única dos Trabalhadores- CUT (governista, PT), a Central dos Trabalhadores Brasileiros (governista, PCdoB), Força Sindical (governista, PDT) e CSP Conlutas (oposição ao governo, de esquerda) deliberaram conjuntamente um dia nacional de paralisação (11 de julho). Os principais pontos da pauta foram os seguintes: redução do preço e melhoria da qualidade dos transportes coletivos; mais investimentos em saúde e educação pública; fim do fator previdenciário (que aumenta o tempo para aposentadoria), redução da jornada de trabalho; fim dos leilões das reservas de petróleo; contra o Projeto Legislativo 4330, de terceirização; reforma agrária. E nova data de paralisação trabalhista nacional foi consensuada, no dia 30 de agosto.

Esse quadro de instabilidade política que se manifestou no Brasil, já vinha se desenvolvendo anteriormente em outros governos sul-americanos.

Em outubro de 2011 a presidente argentina Cristina Kirchner logrou sua reeleição com 53,8% dos votos válidos, desta maneira manteve a continuidade do kirchnerismo, iniciado com a vitória de seu falecido marido, Néstor Kirchner, que governou entre 2003 e 2006. No entanto a instabilidade política aprofunda-se em seu governo, em meio à disparada inflacionária, denúncias de corrupção, e dissidência em sua base de apoio político, especialmente com a Central Geral dos Trabalhadores Argentinos (CGT).

Indicativo dessa debilidade apresentou-se nas eleições primárias ocorridas em 11 de agosto último, com a finalidade de definir os candidatos que participarão das eleições de outubro que renovarão metade da Câmara dos Deputados e um terço do Senado. A governista Frente pela Vitória (FPV) conseguiu somente 26% do total de votos no país, enquanto a fragmentada oposição ficou com 74% dos votos (Palácio, 2013, A8). As eleições de outubro sinalizam que Cristina não terá dois terços de parlamentares, dificultando o trânsito de projetos governamentais no parlamento e, principalmente, a

mudança na carta constitucional que permitiria a Cristina sua segunda reeleição em dezembro de 2015. De qualquer maneira, ainda manteria maioria simples nas duas casas.

Esse quadro de debilidade política ocorre em meio a uma série de ajustes econômicos que o governo impôs sobre a população, especialmente em 2012. Com a redução da produção de automóveis (especialmente pela queda de demanda brasileira), grande seca em áreas do campo, vencimento da dívida externa ao redor de U\$\$ 12 bilhões em 2012, déficit energético que causou um dispêndio anual em importações de outros U\$\$ 12 bilhões de dólares, e com a alta inflacionária (Massa, 2012, p.27), o governo adotou medidas de ajuste para reduzir os gastos públicos e manter aquecida a economia para os setores empresariais.

Nessa conjuntura de ajustes econômicos, em 2012, a principal fissura no governo argentino ocorreu com a dissidência do presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Hugo Moyano, principal base de apoio do kirchenerismo. Esse rompimento político deveu-se à resistência governamental em realizar concessões salariais para os trabalhadores, enquanto a inflação tornava-se o principal inimigo da população.

O kirchenerismo até o momento apoiava-se na Central Geral dos Trabalhadores (CGT), conduzida pelo líder caminhoneiro Hugo Moyano, e na Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA), presidida pelo professor Hugo Yasky. Esse apoio também se baseava nas concessões salariais que são impulsionadas pelo próprio movimento, assim como o congelamento de tarifas dos serviços públicos e dos transportes, como também dos subsídios concedidas aos desempregados. Além dessas burocracias sindicais, o kirchenerismo logrou em seu trajeto trazer para si o apoio de setores de direção independentes e da esquerda surgidas nas lutas: a líder das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, diversos setores piqueteiros e inúmeras direções sindicais surgidas em períodos mais recentes contrárias à burocracia sindical da CGT e CTA.

Na Bolívia, o quadro político favorável ao Governo Evo Morales foi se modificando rapidamente, especialmente depois de sua reeleição em 2010, com inúmeras lutas operárias e indígenas. No início do governo (2006) foram realizadas medidas nacionalizantes e concessões econômicas e sociais aos trabalhadores e população que mantiveram o apoio político dos setores operários e populares.

A partir de 2010 começou a tentativa de impor uma reforma trabalhista que facilitasse demissões e restringisse o direito de greve. No entanto ocorreu a primeira greve trabalhista no governo de Morales que conseguiu frear tal reforma. Em dezembro, o governo lançou outra medida econômica, o “gasolinazo”, que elevava os preços dos combustíveis e cancelava o subsídios para a população. Com tal medida ocorreu uma semana de lutas populares de rua e o governo retornou em sua posição. Em 2011, o governo desferiu ataques contra os povos indígenas, na tentativa de construção de uma estrada por dentro do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS). A obra favoreceria os interesses das multinacionais petrolíferas e de empresa de construção civil brasileira.

As mobilizações sociais, no entanto, ganharam maior intensidade a partir de 2012, sendo que no segundo semestre a popularidade de Morales caiu 39% em pesquisa de Opinião Pública. Ocorreu uma onda crescente de lutas populares e, especialmente, trabalhistas. Com uma greve de 50 dias, os trabalhadores da área da Saúde derrotaram o decreto governamental que pretendia aumentar a sua jornada de trabalho de seis para oito horas. Essas mobilizações foram seguidas pelas resistências das comunidades indígenas em Malku Khota que exigiam a expulsão das multinacionais que desenvolviam a exploração mineira de jazida. Também naquele ano aconteceram as lutas dos mineiros de Conquiri que expulsaram a multinacional e os mineiros cooperativistas e marcharam até a sede do governo e exigiam a nacionalização de 100% da mina.

Com a intensificação de medidas governamentais consideradas antipopulares por setores de trabalhadores, camponeses e comunidades indígenas, ocorreu um deslocamento político dentro da Central Obrera Boliviana. Daí que a direção da COB convocou em março último um congresso de

fundação do PT boliviano, como instrumento político de luta tendo como questões centrais (Rocha e Madrid, 2013, p.42): independência do governo e dos patrões. Além do mais, defende um caráter anti-imperialista, anticapitalista e tem como papel ajudar os trabalhadores a governar o país através de uma revolução socialista. Ou seja, em decorrência da intensificação de mobilizações e lutas sociais contrárias às medidas governamentais começou a ocorrer um deslocamento político de setores operários e populares que, anteriormente eram base social e política do Governo Evo Morales, para posições políticas de oposição ao governo.

O chavismo teve sua principal derrota com a morte de Hugo Chavez Frías (1954-2013) anunciada em cinco de março. Sua quarta vitória eleitoral aconteceu em outubro de 2012, com 57% dos votos. Chávez venceu o candidato opositorista Maurício Capriles com onze pontos de diferença nas eleições presidenciais e, em dezembro de 2012, ganhou as eleições em 20 das 23 regiões. Mas é necessário considerar que em abril de 2013, na eleição presidencial após o falecimento de Chavez, o candidato chavista Nicolás Maduro tendo como concorrente o opositorista Capriles conseguiu vencer a eleição com apenas 1,5% de diferença dos votos. Isso em meio à comoção social pela morte do ex-presidente.

A evolução da enfermidade do ex-presidente (2011) e sua morte (2013) abriu um espaço político nas hostes chavistas que, desde então, trouxe uma disputa interna que está longe de se encerrar, mesmo depois que em dezembro passado Hugo Chávez tenha declarado em cadeia nacional de televisão que o então vice-presidente Nicolás Maduro seria seu natural sucessor. No entanto, mesmo debilitado, Chávez continuou a presença política dominante e manteve o movimento chavista unido. Em decorrência da centralização política imposta por Chávez, pouco espaço existiu para que surgissem lideranças com maior envergadura e peso político no chavismo. Por essa razão, as disputas internas estiveram longe de se encerrar, embora o chavismo tivesse se mantido coeso em torno de Maduro para a sua vitória eleitoral presidencial. De qualquer modo, a reduzida margem de votos na vitória de Nicolas Maduro sobre Capriles, podem indicar que o apoio da população ao chavismo encontra-se em um momento delicado, especialmente em razão do processo inflacionário no país.

Dentro do chavismo estariam presentes três grandes correntes, disputando os espaços de poder deixado por Hugo Chávez (AGRELA, 2013, p.10). Uma das principais alas seria formada por dirigentes oriundos das Forças Armadas. O tenente coronel reformado Diosdado Cabello, atual presidente da Assembléia Nacional, é importante figura desse agrupamento. Ao lado de Chávez desde a tentativa de golpe militar em fevereiro de 1992, Cabello é considerado um dos homens mais ricos da cúpula chavista, acusado de enriquecimento ilícito e um dos maiores representantes da chamada “direita endógena”, ou seja, direita chavista. Outra ala dentro do chavismo seria vinculada aos movimentos populares, sindicais e intelectuais de esquerda, que se encontram aglutinados em diversas tendências dentro do PSUV. Por último, com bastante peso seria a ala formada por proprietários privados que enriqueceram através de negócios com o Estado, particularmente aqueles organizados na entidade “Empresários por Venezuela” (EMPREVEN). Fazem parte desta ala, inclusive, ex-oficiais do exército feitos burgueses durante os últimos 14 anos. Seria uma “boliburguesia” venezuelana, ou seja, uma recente burguesia surgida por dentro do Estado venezuelano no período chavista.

Existe uma tendência de reatualização dos conflitos e lutas sociais que, de certa maneira, foram contidos durante algum tempo nesses governos. Reduz-se a margem de concessões desses governos, em decorrência da queda das exportações, déficit na balança comercial, e dívida pública crescente.

### **Considerações finais e provisórias**

O quadro político sul-americano, desenhado no alvorecer do século XXI, emergiu em contraposição às expressões políticas neoliberais; neste sentido tais governos se propuseram a implementar políticas públicas visando a distribuição de renda, criação de empregos e de incentivo à produção, articulado com uma maior independência em relação à política externa e visando também a



integração regional sul-americana. No entanto, foram muito limitadas as concessões e políticas compensatórias, uma vez que o centro de prioridades manteve-se pautado pelo grande Capital. No período que se abriu a crise capitalista internacional, especialmente em sua segunda fase a partir de 2010, os ajustes econômicos de caráter antipopular passaram a se intensificar nesses governos, ao lado da crescente inflação e retomada do desemprego.

Os atuais governos de frente popular permitem-nos apresentá-los como parte de uma tendência na região, embora não como tendência política estabilizada, como procurei evidenciar, ou seja, que logre se reproduzir institucionalmente nos próximos anos. Certamente são distintas experiências políticas em curso, mas com marcas estruturais que se aproximam. Tais formas de governo tendem a perder/desmobilizar sua base social popular. Por um lado, porque a lógica institucional desses governos mantém como centralidade os mecanismos institucionais liberais de representação política, mesmo quando eles desenvolvem de maneira subordinada formas de democracia participativa. Por outro lado, o eixo central de suas políticas volta-se cada vez mais para setores do Capital. No entanto, verifica-se também que as resistências de trabalhadores e movimentos sociais desenvolvem-se em meio às medidas econômicas antipopulares, deslocando-se da base de apoio político governamental, e em alguns casos constituindo formas organizativas sindicais e políticas de caráter classista. Mas são deslocamentos ainda minoritários, tênues, e difíceis de compreendê-los em seu desenvolvimento.

As experiências presentes nos governos sul-americanos permitem indagar sobre os traços estruturais que limitam e debilitam suas iniciativas de transformação. Os Estados nacionais são estados capitalistas, nesse sentido desenvolvem a função de reprodução das classes sociais fundamentais enquanto *indivíduos cidadãos* de uma Nação. Encobrem os conflitos fundamentais entre as classes dominantes e as classes dominadas/subalternas. Por sua vez, organizam os interesses coletivos do Capital, como podemos verificar na manutenção das privatizações, da precarização das relações trabalhistas e no aniquilamento de parte considerável dos serviços públicos ligados à saúde, educação, previdência pública entre outros.

## **Bibliografia**

- Agrela, E. (2013) O chavismo depois de Hugo Chávez. *Opinião socialista*, 13 a 26 de março. p.10.
- Almeyra, G. (2004) *La protesta social en la Argentina (1990-2004)*. Buenos Aires: Ediciones Continente.
- Basualdo, E.M. y Arceo, E. (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Clacso.
- Boito, A., Galvão, A. e Marcelino, P. (2009). Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO), Año X, nº 26, noviembre. p.31-55.
- Bonilla, A. (2001). Vulnerabilidad internacional y fragilidad doméstica: la crisis andina en perspectiva regional. *Nueva sociedad*, Caracas, 51, mai/jun, p.173.
- Bonnet, A. (2008) *La hegemonía menemista. El neoconservadorismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Borón, A. (2004) La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *OSAL*, Buenos Aires, ano V, nº 13, enero-abril, pp.41-56.

- Borón, A. (2004). La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *OSAL*, Buenos Aires, año V, nº13, enero-abril, pp.41-56.
- Chavez, D. (2005) Del Frente Amplio a la Nueva Mayoría. La izquierda uruguaya ante la perspectiva del gobierno. Chavez, D., Barrett, P. S. (ed.). *La nueva izquierda en América Latina*. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma. p.147-190.
- Cravino, M. C. (ed.). (2007). *Resistiendo en los barrios. Acción colectiva y movimientos sociales en el Área Metropolitana de Buenos Aires*. Buenos Aires: Los Polvorines/Un. Nacional de General Sarmiento.
- Crespo, I., Garrido, A. e Riorda, M. (2008) *La conquista del poder*. Elecciones y campañas presidenciales en América Latina. Buenos Aires: La Crujía.
- Dávalos, P. (2005) Izquierda, utopía y movimiento indígena en Ecuador. Chavez, D., Barrett, Patrick S. (ed.). *La nueva izquierda en América Latina*. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma. p.359-404.
- Diego, C. (2013) O que representou o chavismo. *Opinião socialista*, 13 a 16 de março, p.7.
- Garcia, C. (2011) *PT: de oposição à sustentação da ordem*. Achiamé. Rio de Janeiro: Achimié.
- Giarraca, N. e outros.(2007) *Tiempos de rebelión: "Que se vayan todos"*. Calles y plazas en la Argentina: 2001-2002. Buenos Aires: Antropofagia.
- Lander, E. (2005) Izquierda y populismo. Alternativas al neoliberalismo em Venezuela. In: Chavez, D., Barrett, P. S. (ed.). *La nueva izquierda en América Latina*. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma. p.97-146.
- Leher, R., Trindade, A. C., Botelho Lima, J. A., Costa, R. (2010). Brasil. Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. In: *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO), Año XI, nº 28, noviembre. p.49-69.
- Martins, C. E. (2006). Consenso de Washington. In: SADER, Emir, JIKINGS, Ivana (orgs.). *Latinoamericana*. Enciclopédia Contemporânea de América Latina e do Caribe. Rio de Janeiro/São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas/Boitempo. pp.344-6.
- Massa, G. (2012). O kirchenerismo sacudido pela crise. *Correio internacional*, nº 9, ano 3. PP.pp.26-28.
- Maya, M. L. (2006) El proyecto bolivariano en Venezuela (1999-2005). In: Schulte, C., Hildebrandt, C. *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*. São Paulo: Expressão Popular. p.65-76.
- Murillo, M. V. (2008) *Sindicalismo, coaliciones partidárias y reformas de mercado em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Natanson, J. (2009) *La nueva izquierda. Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador*. Buenos Aires: Debate, 2009.

- Oliveira, F. O ornitorrinco. In: \_\_\_\_\_. Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Palacios, A. (2013) Aliados de Cristina admitem fim de plano de reeleição. *Estado de São Paulo*, 13 de agosto, A8.
- Petras, J. y Veltmeyer, H. (2005) *Movimientos sociales y poder estatal. Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador*. (2005). México: Lumen Mexico.
- Rocha, N. e Madrid, E. (2013) A experiência com o governo de Evo Morales e o nascimento do Partido dos Trabalhadores. *Correio internacional*, nº11, ano 4, julho.
- Saint-Upéry, M. (2008). *El sueño de Bolívar*. El desafío de las izquierdas sudamericanas. Barcelona: Paidós, 2008.
- Sartelli, E. (2003) *La plaza es nuestra*. 3ed. Buenos Aires: Ediciones RyR.
- Seone, M. (2007). Argentina. In: Sader, E. (org.). *Latinoamericana. Enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*. São Paulo: Boitempo. pp. 99-122.
- Silva, L. F. da (2006). *As novas configurações políticas na América Latina e os ajustes estruturais neoliberais*. In: GOULART, Jefferson O. (org.). *Mídia e democracia*. São Paulo: Annablume.
- Silva, L. F. da. (2011) A política externa estadunidense no atual quadro político sul-americano. *Latinoamérica: revista de estudos latinoameicanos*, nº 52, 2011, p.71-90.
- Svampa, M. (2008) *Cambio de época. Movimienos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores/CLACSO.
- Tapia, L. (2005) Izquierda y movimiento social em Bolivia. Chavez, D., Barrett, P. S. (ed.). *La nueva izquierda en América Latina*. Sus orígenes y trayectoria futura. Bogotá: Grupo Editorial Norma, p.339-358.
- Trotsky, L. *Escritos latinoamericanos* (compilação). 3ed. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2007.
- Twaites Rey, M. C. (org.). *Estado y marxismo: un siglo y medio de debates*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.